

EDUARDA FERREIRA FURTADO GOMES

**Constituição da consciência política na adolescência: construções por meio da trajetória
escolar e das vivências em sociedade**

Uberlândia

2025

EDUARDA FERREIRA FURTADO GOMES

**Constituição da consciência política na adolescência: construções por meio da trajetória
escolar e das vivências em sociedade**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao
Instituto de Psicologia da Universidade Federal de
Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do
Título de Bacharel em Psicologia.

Orientadora: Prof^ª. Dr^a Anabela Almeida Costa e
Santos Peretta.

Uberlândia

2025

EDUARDA FERREIRA FURTADO GOMES

**Adolescência e política: Escola e Psicologia como mediadores da construção de um
engajamento crítico**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de Psicologia da Universidade Federal
de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do Título de Bacharel em Psicologia.

Orientadora: Anabela Almeida Costa e Santos Peretta

Banca Examinadora

Uberlândia, 13 de maio de 2025

Profª. Drª. Anabela Almeida Costa e Santos Peretta

Profª. Drª. Carmen Lucia Reis

Prof. Dr. Daniel Gonçalves Cury

UBERLÂNDIA

2025

AGRADECIMENTOS

Ao meu pai, Eduardo, que foi a pessoa que mais me apoiou e motivou durante a vida, movendo montanhas para me proporcionar a melhor educação que eu poderia ter acesso. Obrigada por acreditar em mim e me proporcionar tanto amor, conforto e compreensão, mesmo quando estamos longe.

À minha mãe, Silvânia, que é sinônimo de casa e me ensinou a persistir mesmo frente a adversidades. Obrigada por tanto cuidado e por me fazer saber que não importa para onde eu voe, eu sempre terei para onde voltar.

Aos meus irmãos - Warley, Rebeca e Vitória - e meus sobrinhos - Saôri e Radley -, por serem o mais puro significado de amor no meu coração, vocês preenchem minha alma e fazem com que minha existência seja mais completa.

Aos meus amigos que me acompanharam nos bons e maus momentos, nos altos e baixos, nos momentos de felicidade e de desalento. Encontrar família em cada um de vocês, cotidianamente, faz com que a jornada seja mais tranquila, os passos mais leves e o caminho menos solitário. Um agradecimento especial ao meu “Camacydurani”, que são meu grupo desde o ensino médio, minhas irmãs do coração e as pessoas com quem quero continuar compartilhando todas as vitórias. Meu afeto por vocês é incondicional.

A todos os professores que fizeram parte da minha jornada acadêmica, sem vocês esse trabalho não existiria, sou imensamente grata pelos ensinamentos que me trouxeram onde estou e desenvolveram em mim a força crítica e política que tanto me move na vida. Um imenso obrigada ao Fabrício, que foi a figura que atravessou de maneira tão significativa minha vida escolar e motivou a escolha desse tema. Serei eternamente grata.

À minha orientadora, Anabela, por ter sido tão compreensiva e acolhedora durante o processo de construção desse trabalho, ter suscitado imensa potência política crítica durante suas aulas e ter sido figura tão presente na minha formação.

A todos os estudantes que fizeram parte da minha trajetória, que a cada interação, debate, conversas e risadas me mostravam a enorme potência que carregam em seus corações. Foi incrível aprender e crescer junto com vocês.

E a todos aqueles que, em algum momento, lutaram ao meu lado e foram resistência em momentos de adversidade. Vocês deixaram marcas que vou carregar por toda vida.

RESUMO

Este ensaio visa discutir sobre como a Escola e a Psicologia podem ser mediadoras do desenvolvimento de uma identidade política-crítica e ativa em adolescentes do ensino médio. Para entender o atual perfil dos adolescentes dentro da esfera política, serão analisados momentos históricos de manifestações sociais brasileiras a partir de 2013, assim como a influência das redes sociais no atual perfil político desse grupo e as percepções desses jovens sobre as instituições políticas do Estado brasileiro. A escrita será amparada pelo referencial teórico da Psicologia Histórico-Cultural e haverá articulação com as vivências e experiências da autora como adolescente manifestante e monitora de Psicologia em uma escola de educação básica. Nesse sentido, serão desenvolvidas reflexões acerca da relação dialética entre sujeito e contexto, apropriação de fatores biopsicossociais e culturais, internalização dos signos e papel mediador dos professores, gestores e psicólogos escolares na formação da subjetividade no adolescer. O trabalho também apresentará a importância da coletividade e da identificação com políticas públicas e causas sociais que atravessam o contexto do adolescente. A conclusão indica a importância do sentimento de pertencimento em pautas sociais no adolescer para que o engajamento político seja construído, também refletindo sobre a riqueza de interações de subjetividades presentes no ambiente escolar capazes de formar um sujeito consciente de si. A mediação da Escola e da Psicologia ao propor espaços seguros para o contato com temáticas diversas e para a verbalização contribuem para a produção de um sujeito autoconsciente.

Palavras-chave: psicologia histórico-cultural, escola, adolescência, mediação, engajamento político.

SUMÁRIO

1. Apresentação.....	9
1.1 Reflexão pessoal sobre construção de uma consciência política	9
1.2 Fundamentação Teórica	13
1.2.1 Psicologia do desenvolvimento	13
1.2.2 Adolescência e Psicologia Histórico-Cultural	16
2. Caminhos de reflexão.....	19
2.1 O que influenciou o atual perfil dos jovens na política?	19
2.1.1 Panorama geral dos jovens brasileiros na política a partir de 2013.....	19
2.1.2 Redes sociais e representações políticas-sociais.....	23
2.1.3 Percepções do público adolescente frente às instituições políticas	25
2.2 Psicologia e Escola: trabalhando em conjunto para a construção de um engajamento político-social nos jovens.....	28
3. Conclusão	35
4. Referências	37

*“Quando percebi que a única coisa que levamos
é aquilo que vivemos, comecei a viver aquilo
que quero levar”*

Gabriel Garcia Marquez

1. Apresentação

1.1 Reflexão pessoal sobre construção de uma consciência política

O presente ensaio foi motivado a partir de vivências pessoais vinculadas com a esfera política, suscitadas pelo documentário “Espero tua (re)volta”, trabalhado na disciplina de Psicologia Escolar I, que me fez lembrar e recordar sobre a época da minha adolescência e quais influências permaneceram ao longo da minha formação acadêmica e vida adulta.

Sendo um documentário dirigido por Eliza Capai, “Espero tua (re)volta” adota um modelo de cinema antropológico que possibilita à diretora construir seu enredo a partir dos olhos, das vivências e dos lugares tradicionais que adolescentes ocupam de maneira crítica e reflexiva (Varella, 2020). Dessa forma, concebida dentro do cenário político brasileiro de 2013 a 2018, tal obra é estruturada a partir da voz de três jovens que contam a história cada um à sua maneira. Narrada pelo poeta e ativista Lucas “Koka”, pela Nayara, que ocupa um espaço de liderança dentro da União Nacional dos Estudantes e pela Marcela, que participa de protestos não vinculada a entidades ou partidos (Varella, 2020). Inicialmente, se organizando em formato de assembleia, cada narrador tem um espaço de cinco minutos para apresentar suas opiniões de forma democrática.

A partir desses pontos, além de ser um filme “por adolescentes, sobre adolescentes, para adolescentes e adultos que talvez nunca tenham parado para ouvir essa juventude” (Varella, 2020), o documentário busca mostrar como esses jovens possuem a capacidade de se organizar e respeitar o espaço um do outro, estando eles munidos de argumentos concretos e entrelaçados com o contexto histórico. A diretora expressa desejo de que o futuro da obra se direcione para o uso contínuo dentro de instituições escolares, sendo um meio possível de se trabalhar questões de consciência social e política com uma linguagem acessível, assim como trabalhar com esse público o acesso aos direitos básicos que eles possuem, incluindo os que estão relacionados com a própria escola (Varella, 2020).

Assim, a partir do contato com esse documentário na disciplina de Psicologia Escolar I citada anteriormente, relembrei das minhas primeiras vivências políticas enquanto adolescente, quando ingressei no ensino médio. Entretanto, antes de partir diretamente para meu envolvimento político, sinto necessidade de contextualizar minha vivência anterior a esse período. Realizei o Ensino Fundamental II em um colégio católico particular e, enquanto estudava nessa instituição, nunca tive contato com aulas que envolvessem um real teor crítico voltado para a realidade e as atualidades brasileiras. Penso que, por estar num ambiente que pulsava privilégios, sejam vinculados a oportunidades ou a pessoas, o cenário político não era uma preocupação real, pois não afetava diretamente minhas condições de ensino e mobilidade. Além disso, não é possível ter opinião ou agir ativamente sobre um assunto com o qual não se tem contato.

Dessa forma, meu ingresso no Instituto Federal do Triângulo Mineiro - Campus Patos de Minas (IFTM) foi o marco inicial para minha vida política consciente. Meu primeiro contato efetivo com o cenário político do Brasil aconteceu em 2016, durante as aulas de filosofia e sociologia, que eram ministradas pelo mesmo professor, Fabrício. Durante seus horários, aspectos políticos, sociais e filosóficos eram discutidos e ele sempre se mantinha aberto para alterar o tema da aula ou elaborá-la a partir de dúvidas apresentadas pelos alunos mediante os acontecimentos políticos que vivenciávamos naquela época. Lembro com bastante clareza como fiquei encantada em conhecer e aprender sobre aquele mundo novo que era apresentado todas as semanas e, principalmente, com a ideia de desenvolver uma força política ativa. Foi a partir daquelas aulas, e de todas as que tive durante os três anos de ensino médio, que me vi, pela primeira vez, como uma cidadã de direitos capaz de mudanças sociopolíticas. Tirei meu título de eleitor na mesma época, com 16 anos.

Cada vez mais envolvida nesse cenário crítico-social e compartilhando vivências e experiências com pessoas engajadas desse espaço de potencialidades e pertencimento que o

IFTM se tornou, meu primeiro ato de protesto foi em 2017, após o ex-presidente Michel Temer apresentar a proposta de emenda constitucional, PEC 241 ou PEC 55¹, relativa ao congelamento dos gastos públicos voltados para a saúde e para a educação por até 20 anos. Essa medida foi apresentada como uma saída para conter o rombo nas contas públicas e superar a crise econômica, sendo considerada como uma das maiores mudanças fiscais em décadas (Alessi, 2016). Recordo que, na mesma semana que saiu essa notícia, o professor Fabrício realizou aulas voltadas para esclarecer as dúvidas que tínhamos sobre essa proposta de emenda constitucional: “O que significa isso?”, “Como isso afeta a gente?”, “Quais as consequências que isso pode ter futuramente?” foram alguns dos questionamentos feitos.

Apesar do clima recheado de medo e inseguranças frente a esse novo cenário que era construído bem diante de nossos olhos, encontramos uns nos outros o sentimento comum de inquietação, procurando uma forma de não ficarmos parados e resistirmos àquilo que ameaçava nos engolir. Com isso, decidimos fazer um dia de protesto dentro do espaço escolar: conversamos com os professores para sermos liberados das aulas, estabelecemos um código de vestimentas único entre nós - composto de roupas totalmente pretas e blusas com os dizeres “Fora Temer” estampados com fita branca - e, também, elaboramos cartazes com frases e imagens contra a PEC proposta e pró saúde e educação, temas pelos quais estávamos lutando. Lembro de pensar que nunca havia sentido tanta potência e determinação quanto naquele momento, envolvida num ambiente com pessoas que lutavam pelo mesmo objetivo que eu, que resistiam tanto quanto eu.

¹ A PEC 241/2016 previa o congelamento das despesas do Governo Federal por até 20 anos, freando o investimento em saúde e educação previsto na Constituição. O presidente da época, Michel Temer, considerou a medida como uma saída para contenção no rombo das contas públicas, visando tentar superar a crise econômica no país. Ao ser aprovada pela Câmara dos Deputados na primeira votação, a medida recebeu nova numeração, tramitando pelo Senado sob formato de PEC 55.

A partir disso, me vi engajada nessa força política e, ainda no ensino médio, participei também de passeatas durante as eleições de 2018², contra o candidato de extrema-direita que disputava pelo cargo de presidente da república. Apesar dos resultados daquelas eleições terem sido diferentes do que eu defendia, o fato de ter desenvolvido ações de protesto e de ter me engajado em grupos que compartilhavam as mesmas ideias que eu, me fez não desanimar e continuar perseverando. Já na faculdade, esse ritmo de engajamento político não se perdeu, já que fui membro do Diretório Acadêmico de Psicologia (D.A Psi) por quatro períodos, estando sempre presente nas reuniões e nos atos políticos estruturados, tanto dentro da universidade e do Instituto de Psicologia (IP-UFU) quanto em atos políticos externos a comunidade acadêmica. Além disso, tive a oportunidade de atuar como monitora de Psicologia em uma escola de educação básica pública federal, durante o período de um ano e meio, experiência essa cheia de potencialidades que também reverberou na minha motivação de escrever esse trabalho.

É a partir desse cenário que inicio esse Trabalho de Conclusão de Curso, desenvolvido no formato de ensaio a partir da análise da minha trajetória como adolescente manifestante e futura profissional de Psicologia. Entendendo que a história política é um pilar importante para o tema desse trabalho, buscarei contextualizar os principais movimentos políticos que aconteceram no Brasil, de 2013 a 2018. Além disso, a presença da internet e a visão de adolescentes frente aos agentes políticos serão trabalhadas a fim de entender como tais aspectos influenciaram no atual perfil político desse grupo social. Posteriormente, questões relativas à adolescência e à política como recurso de identificação social serão relacionadas para que, por fim, seja possível desenvolver uma reflexão acerca do papel da psicologia em consonância com

² As Eleições para o cargo de Presidente do Brasil, em 2018, aconteceram em dois turnos. A disputa do segundo turno aconteceu entre Fernando Haddad, candidato filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT) de viés centro-esquerda, e Jair Bolsonaro, candidato pelo Partido Social Liberal (PSL) de caráter direitista.

a escola para a formação de uma identidade político-social nos adolescentes da Geração Z³, com discussão articulada às minhas vivências e experiências tanto como adolescente, quanto como monitora em contexto escolar.

1.2 Fundamentação Teórica

Entender o processo histórico de estudo e compreensão da adolescência é um ponto extremamente importante e necessário para o desenvolvimento deste trabalho. É importante ressaltar, antes de qualquer aprofundamento, que a adolescência demorou décadas até que fosse reconhecida como uma fase essencial do desenvolvimento por estudiosos e, a partir do contexto histórico que as teorias foram elaboradas, temos diversas visões sobre o que seria o adolescer e as características que o compõem. Além disso, durante o desenvolvimento desse trabalho, será adotada uma visão amparada na Psicologia Histórico-Cultural, objetivando promover uma análise mais profunda do que se entende como adolescência e o que atravessa esse período do desenvolvimento, contextualizando biopsicossocial e culturalmente.

1.2.1 Psicologia do desenvolvimento

Os primeiros estudos sobre a adolescência datam do século XV, porém essa só foi reconhecida como fase primordial do desenvolvimento nos anos de 1890 (Senna & Dessen, 2012). Foi apenas no século XX que o adolescer suscitou mais afinco da Psicologia e, na primeira fase desses estudos, destaca-se Stanley Hall, o primeiro psicólogo a abordar essa fase do desenvolvimento em seus estudos e defini-la como um período específico do desenvolvimento humano. Sua teoria é baseada na filogênese - desenvolvimento das espécies - e na ontogênese - desenvolvimento do indivíduo -, caracterizando a adolescência como fase de

³ A Geração Z é composta por pessoas nascidas entre 1996 e 2010, caracterizada, principalmente, pela alta conexão com a tecnologia (Cassimiro, 2023).

transição inevitável e com características universais; também trabalhando com as teses de que cultura é importante pilar influente e há a presença de grande plasticidade e mutabilidade nessa fase (Sousa & Silva, 2018). Essa teoria, por mais revolucionária que tenha sido ao considerar a influência do ambiente no desenvolvimento, traz a ideia de que o processo de desenvolvimento é maturacionista, ou seja, que a maturação biológica determina o organismo, sendo um caminho percorrido de modo universal, sequencial e completo.

Quando esse caráter dicotomizador e universal deixou de ser o suficiente para explicar a complexidade que atravessa a adolescência e novas perspectivas empíricas foram sendo elaboradas, deu-se início à segunda fase dos estudos científicos desse período do desenvolvimento. E é nesse momento que a Psicologia Histórico-Cultural também surge e se fundamenta. De acordo com Senna e Dessen (2012) esse período teve início na década de 1970 e suas principais características giram em torno de uma visão contextualizada da relação entre indivíduo e ambiente, sendo ela baseada numa dinâmica bidirecional, ou seja, a pessoa afeta seu contexto da mesma forma que o contexto influencia a pessoa. Dessa forma, para se entender o processo de desenvolvimento dos sujeitos ao longo de sua trajetória, faz-se necessário considerar a dinâmica estabelecida entre a pessoa e o ambiente social e cultural, promovendo uma investigação a partir da episteme (Souza & Silva, 2018).

Além disso, esse movimento teórico afirma que o desenvolvimento é singular para cada ser humano e deve ser considerado a partir de tal interação. Nesse sentido, entende-se que inúmeros fatores interagem entre si e interferem no desenvolvimento ativo do psiquismo, podendo variar a partir do tempo, contexto e possibilidades pelos quais são analisados (Senna & Dessen, 2012). E, a partir disso, Ana Mercês Bahia Bock (2007) apresenta a ideia de Leontiev, voltada para a percepção de que o sujeito aprende a ser humano, adquirindo características necessárias para convivência social a partir do desenvolvimento histórico, já que as características naturais e genéticas não são suficientes para sustentar o ato de existir

socialmente. Tal autora também aprofunda a discussão sobre a historicidade que perpassa as fases do desenvolvimento, entendendo que o ser é composto por todos os movimentos produzidos ao longo do tempo, constituídos “pelas relações sociais, pelas condições sociais e culturais engendradas pela humanidade” (Bock, 2007, p.67).

É importante também ressaltar que a relação dialética entre sujeito e sociedade não apenas facilita, mas também pode trazer características que dificultam o desenvolvimento do ser social. E, diante disso, entende-se que é necessário um ambiente com condições adequadas para que as potencialidades de cada um sejam realizadas e concretizadas, pois é a partir das relações que são retiradas as possibilidades e impossibilidades de existir (Bock, 2007). Ou seja, a partir dos significados próprios que os sujeitos adquirem ao longo de suas vivências e experiências com os outros, eles se tornam agentes ativos de mudança. Dessa forma, realizam escolhas e tomam decisões que são baseadas na bagagem adquirida a partir dos conhecimentos e crenças que influenciam seu desenvolvimento - perpassadas por estruturas macro e intermediárias, assim como por seu mundo proximal, composto, em geral, pela família e escola -, afetando diretamente suas perspectivas, adaptações e expectativas (Senna & Dessen, 2012).

O próprio fenômeno psicológico, para Bock (2007), deve ser entendido como histórico, onde a subjetividade é fundamentada pela interação com o mundo material, social e cultural. Assim, a construção do mundo individual se dá a partir da relação dialética do ser com o mundo social, ou seja, é um processo que é produzido a partir da conversão do social em individual e baseado, também, na linguagem, que é a forma como a construção de sentidos é realizada e internalizada (Bock, 2007). A consciência, então, não é pré-existente ao sujeito, é uma construção que reflete contextos econômicos, culturais, históricos e sociais em que ele está envolvido (Souza & Silva, 2018).

1.2.2 Adolescência e Psicologia Histórico-Cultural

Como discutido na seção anterior, a perspectiva biopsicossocial do ser envolve interações com pessoas, contextos e objetos ao longo da trajetória de vida, que repercutem diretamente na construção da subjetividade e no desenvolvimento do sujeito. De acordo com Bock (2007) a adolescência é entendida, pela perspectiva histórico-cultural, como uma fase do desenvolvimento produzida socialmente pela ordem social-cultural, não sendo uma etapa que se dá prioritariamente pela ordem do biológico. Os adolescentes apresentam características próprias, que são construídas a partir das significações sociais das experiências, que influenciam diretamente na maneira como lidam com o mundo exterior, ou seja, são seres ativos que produzem e são produzidos pela interação com seu contexto (Senna & Dessen, 2012). Nesse sentido, é no adolecer que se elaboram novos discursos e ideologias e, a partir disso, se origina uma forma diferente de funcionamento do psiquismo (Souza & Silva, 2018).

Essa transformação do psiquismo é consequência daquilo que Vygotsky denomina como “periodização das idades”, uma teoria crítica que apresenta a ideia de que há momentos de crises durante o desenvolvimento. Souza e Silva (2018) apresentam que as crises, para esse autor, são períodos críticos do desenvolvimento que envolvem uma transformação e reestruturação radical do psiquismo para além do caráter orgânico, sendo um princípio básico de ruptura para a constituição do sujeito. Esse fenômeno se dá a partir da relação dialética com o mundo externo, que traz novas significações para esse sujeito mediante a sociedade a partir dos elementos que ele interpreta e, também, modifica frente aos desafios socioculturais (Souza & Silva, 2018). É a partir de tal interação dialética que o conceito de vivência se constitui, sendo ela fruto da personalidade em consonância com os elementos que foram extraídos do ambiente, formando uma dimensão indissociável entre o individual e o social (Silva & Peretta, 2022). Nesse sentido, é possível entender a adolescência, dentro dessa teoria, como um período crítico, por ser um momento que envolve diversas e complexas mudanças, sendo elas internas

e externas, psíquicas e biológicas, que afetam diretamente na construção da subjetividade pelas experiências sociais e históricas e na atuação do sujeito no ambiente.

Outro aspecto importante a ser considerado na adolescência é o desenvolvimento da necessidade humana, ou seja, a transformação dos interesses que determinam as ações dos sujeitos. As autoras supracitadas esclarecem que o termo “interesse” utilizado por Vygotsky em suas obras seria hoje entendido como necessidades culturais, que são experienciadas no adolescer de modo mais complexo do que na infância. Essa alteração faz com que haja uma mudança radical no comportamento dos sujeitos, onde os modos de funcionamento que já foram formados continuam a existir, só que, a partir da adolescência, surge uma base nova que é determinada pelas necessidades culturais (Souza e Silva, 2018).

Com isso, ao vivenciar a adolescência, o sujeito apresenta uma nova forma de linguagem, construindo uma nova relação com as demais funções psíquicas. Isto é, a partir das transformações produzidas nesse período, há o desenvolvimento de uma autoconsciência que transforma o sujeito *em si* em um sujeito *para si*.

“Para Vygotsky (1984/2014), todas as coisas existem, inicialmente, em si, mas durante o processo de desenvolvimento há a conversão da coisa para si, de tal modo que o humano em si seria uma criança que ainda se constitui de forma não-completa enquanto ser social e, pelo processo de desenvolvimento cultural, se converte em um ser livre e racional para si, ao atingir a formação do pensamento em conceitos. Assim, nessa reestruturação psíquica, ocorre o reconhecimento da sua própria realidade interna, de modo que o adolescente passa a conhecer não só aos outros, mas também a si mesmo. A partir daí, torna-se um sujeito capaz de transformar a realidade.” (Souza & Silva, 2018, p.7).

Dessa forma, a vida intelectual e as funções superiores na visão histórico-cultural também são constituídas socialmente durante o adolescer. Elas são produzidas coletivamente por meio da internalização de signos a partir da mudança nas suas conexões, ou seja, mesmo que a esfera familiar continue sendo, para muitos adolescentes, o principal microssistema do

desenvolvimento dos sujeitos durante essa fase do desenvolvimento, possibilitando que práticas educativas e processos de comunicação sejam elaborados de maneira mais ativa; é a partir da presença dos adolescentes em novos microssistemas⁴ que se formam novas relações e influências para a subjetividade (Senna e Dessen, 2012). Além disso, para essas autoras, o macrossistema também influencia na construção e no desenvolvimento do adolescente, pois regula os sistemas da sociedade - como saúde, educação e políticas públicas -, os quais afetam diretamente no cotidiano desses sujeitos e de suas famílias.

A partir disso, Souza e Silva (2018) entendem que novos pensamentos – denominados como pensamentos em conceito - são formulados à medida que formas diferentes de funcionamento da atividade emocional, intelectual e comportamental se estabelecem. Ou seja, vinculada a teoria Vigotskiana, o desenvolvimento dos pensamentos é um processo biopsicossocial e cultural que supera as bases orgânicas e a base dessa evolução está na internalização dos signos (Martins, 2015). Esse ato instrumental – ato mediado por signos – produz significativas mudanças no comportamento humano, pois oferece novas formas de funcionamento para o psiquismo e, para que esse processo seja bem desenvolvido, é preciso que haja o movimento de atividade mediadora. Essa atividade, de acordo com Martins (2015), é uma relação dialética com o externo que, ao ser internalizada, provoca transformações e desenvolvimento a partir da aprendizagem.

De acordo com o estudo da autora supracitada, Vygotsky apresenta que é na adolescência que o pensamento atinge um nível mais alto de abstração, ou seja, é a partir dessa fase que o pensamento em conceito se torna guia das transformações do psiquismo e da personalidade do sujeito. Consequentemente, de acordo com Souza e Silva (2018), a pessoa

⁴ Refere-se à teoria ecológica do desenvolvimento humano, de Urie Bronfenbrenner, encontrada ao longo do texto de Senna e Dessen (2012). Os estudos apresentam que, para compreender o desenvolvimento humano, é preciso incorporar nas análises as interações e os padrões relacionais que se estabelecem em diferentes contextos. O adolescente é entendido como sujeito ativo, produto e produtor de seu desenvolvimento.

começa a agir de forma inédita e é por meio da estrutura intelectual da palavra que o adolescente consegue orientar seus pensamentos e atividades, pois é atravessada por processos históricos e culturais.

Isso porque, a partir da internalização dos signos que promove a intelectualização dos pensamentos, o sujeito passa a conhecer e sistematizar o mundo exterior, promovendo mudanças qualitativas do conteúdo dos pensamentos e do sistema psíquico (Martins, 2015). E, diante disso, o emprego funcional da palavra – ou seja, da verbalização - é o meio que possibilita adolescentes estabelecerem domínio e orientação de seus pensamentos e atividades, envolvendo todo o sistema de generalizações e relações sociais que dependem diretamente do contexto cultural no qual o adolescente se desenvolve (Souza & Silva, 2018).

2. Caminhos de reflexão

2.1 O que influenciou o atual perfil dos jovens na política?

Nessa sessão, contextualizo movimentos políticos que aconteceram a partir de 2013 e tiveram a atuação de jovens na linha de frente das manifestações por reivindicações sociais. Após isso, será discutido como as redes sociais influenciam a atuação política dos adolescentes e, posteriormente, as percepções que esse grupo social tem em relação às instituições políticas brasileiras. Ao final desse capítulo, esses três tópicos serão relacionados a fim de entender as repercussões causadas por eles no engajamento político-crítico de adolescentes brasileiros.

2.1.1 Panorama geral dos jovens brasileiros na política a partir de 2013

Desde o final dos anos 1990, foi percebido por pesquisadores um aumento na adesão a manifestações que utilizam meios de atuação que se apoiam em protestos em forma de festas e militância intensa por meios digitais online, assim como uma desvinculação dos modos tradicionais de participação política, como sindicatos e partidos (Santos, 2018). Um dos principais exemplos disso são as “Jornadas de Junho de 2013”, que aconteceram no Brasil

contra o aumento das tarifas de transportes públicos – também conhecido como “Movimento Passe Livre” (MPL). Essa mobilização, de acordo com Santos (2018), se caracterizou por uma extrema velocidade na capacidade de difusão e de impacto social, muito disso devido ao uso das tecnologias de informação e comunicação, que não foram restritas apenas às mídias sociais e, sim, amparadas pela ação direta dos manifestantes. Havia nas ruas uma inquietação comum diante do sistema político vigente, que se manifestou de modo diferente do que havia acontecido antes na história. Isso porque, durante as “Jornadas de Julho”, os jovens souberam desenvolver formas de sensibilizar e mobilizar outras camadas da população, que saíram às ruas para apoiar a principal demanda do movimento (Gohn, 2018).

Outro momento histórico que germinou da movimentação e potência adolescente foi a “Primavera Secundarista”, nome dado ao movimento de ocupações de escolas que se espalhou por todo território brasileiro, em 2015 e 2016. É importante ressaltar que foram duas ondas de ocupações: a primeira entre o final de 2015 e início de 2016 - emergidas a partir de críticas às políticas estaduais de educação de São Paulo⁵ - e a segunda em meados do segundo semestre de 2016 - que surgiu a partir da inquietação contra a Medida Provisória da Reforma do Ensino Médio (MP 746/16) e a Proposta de Emenda Constitucional de Corte de Gastos (Corti & Crochik, 2021).

A primeira onda do movimento de ocupações se iniciou no estado de São Paulo e, posteriormente, se espalhou e foi aderida por estudantes de diversos locais do país. Ela se fundamentou, de acordo com os estudos de Jardim e Silva (2022), como resposta à “reorganização escolar” que foi imposta pelo governo estadual de São Paulo em mandato daquela época, gerido pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Tal reorganização

⁵ A primeira onda também alcançou outros estados, com ênfase em Goiás (GO) e Ceará (CE). No primeiro, Corti e Crochik (2021) apresentam que as ocupações visavam protestar contra a militarização das escolas e processos de privatização. Já no Ceará, as reivindicações envolviam questões sobre infraestrutura e merenda das instituições escolares.

previa o fechamento de diversas escolas e a transferência compulsória de estudantes e professores para outras instituições, o que causaria não apenas transtornos na vida escolar, mas também consequências na vida cotidiana desses estudantes e suas famílias - em relação à mobilidade, tempo e qualidade de vida (Jardim & Silva, 2022). Corti e Crochick (2021) apontam que no decorrer desse movimento, o significado de “ser secundarista” foi construído a partir da possibilidade de os estudantes desenvolverem e articularem uma identidade diante do confronto com o Estado.

Já a segunda onda, como dito anteriormente, se construiu a partir de protestos contra iniciativas do governo federal, referentes à PEC de Corte de Gastos (Jardim & Silva, 2022). Essa movimentação se iniciou no Paraná e, no auge de seu alcance, teve adesão em outros 19 estados e em diversas instituições de ensino superior (Corti & Crochik, 2021). E o que se iniciou como uma resposta às políticas controversas, que visavam um desmonte da estrutura estatal constituída ao longo da história, se expandiu para questões sociais, que envolveram pautas de gênero, raça, sexualidade e classe social. Os estudantes desenvolveram rodas, aulões e assembleias como meios de debater sobre o machismo, a homofobia e misoginia. Além disso, o modo de organização interno dos estudantes nas escolas refletiram a necessidade de não reproduzir padrões de gênero na divisão dos trabalhos, fazendo com que a designação de tarefas fosse realizada a partir das afinidades de cada um, dentro da concepção de igualdade e justiça nas experiências concretas (Jardim & Silva, 2022).

Em consequência do desenvolvimento e da afirmação de novas formas de se protestar, analistas entendem que esse período entre 2013 e 2016 ocasionou significativas transformações político-culturais no Brasil, criando valores e pontos de vista não apenas nos jovens, mas na sociedade geral. Um exemplo claro do impacto desses movimentos, de acordo com Gohn (2018), foi a legitimação do protesto social nas ruas como meio de atingir mudanças conjunturais; por ser um meio de manifestação que negava o modelo voltado para a política

partidária e a forma como ela era praticada. Outros legados deixados pelo MPL e pelas ocupações escolares foram: formação de coletivos baseados na horizontalidade, sem amarras hierárquicas de uma associação formal, portanto, flexíveis; a cultura como eixo organizador das demandas baseadas num ideal, que era o passe livre para todos; e o caráter educativo não formal que essas práticas geravam (Gohn, 2018). Todos esses pontos são elementos que fundamentaram o novo ciclo de protestos no campo político brasileiro.

Entende-se, a partir dessas considerações, que - de modo geral - momentos de crise de uma sociedade afetam pilares econômicos e políticos culturais, com a recessão e a violência formando um emaranhado complexo que desestabiliza a confiança no Estado e a esperança do futuro (Gohn, 2018). Estudos de Martins (2015) mostram uma grande desilusão frente às instituições políticas da democracia, que tem levado os jovens a se envolverem em movimentos, que são vistos por eles como uma alternativa informal de mobilização política, partindo de atividades voluntárias até participação sociopolítica e cultural em coletivos. A partir do que foi exposto, compreende-se que com esses movimentos e as repercussões causadas no âmbito sócio-político brasileiro, o que passa a existir entre grande parte desses jovens não se trata de desinteresse pela política em si, mas sim pelo modo como essa atividade é realizada e por quem a realiza (Martins, 2015).

O que está em pauta para o novo público político são os direitos modernos⁶, destacando uma cultura política que inspira e é construída durante o processo (Eder, 2012). Gohn (2018) apresenta a ideia de moderno como repertórios que remetem aos modos do sujeito de ser, de existir e de estar na sociedade, envolvendo questões raciais e de gênero, assim como liberdades civis e públicas. E, a partir disso, há uma demanda muito clara de “igualdade não somente nas

⁶ De acordo com Gohn (2018), as pautas modernas são aquelas construídas ao longo da segunda era Vargas, década de 1940, produzindo questões voltadas para o desenvolvimento do país e da economia, valorizando a ideia de progresso.

condições de vida e oportunidades, mas também de participação e liberdade” (Gohn, 2018, p. 118).

2.1.2 Redes sociais e representações político-sociais

As redes sociais são um dos principais pontos de diferenciação que marcam a nova onda política no Brasil. Isso porque, desde sua popularização a partir de 2004, elas têm revolucionado a forma de comunicação e de interação nas sociedades (Gohn, 2018). Por meio das tecnologias de informação, as pessoas estão ampliando seu círculo cultural e social, uma vez que as informações circulam com extrema velocidade e possibilitam que sujeitos das mais diversas localizações consigam interagir a partir de um determinado assunto que está em alta nas mais diversas redes sociais e portais digitais (Barroso, Sousa & Neves, 2020).

Com isso, a internet é um campo que possibilitou que qualquer pessoa com acesso consiga opinar, criticar, compartilhar informações e expor sua visão de mundo, participando do cenário mundial não apenas como consumidora de notícias, mas também como produtora delas (Barroso, Sousa & Neves, 2020). É a partir disso que se constrói a relação entre as redes sociais, os coletivos, os movimentos sociais e a formação de opinião pública, pois a internet não apenas decodifica informações, como também codifica conflitos e problemas a partir das temáticas que articulam entre si (Gohn, 2018). Nesse sentido, o poder das redes sociais impacta diretamente na ação coletiva desenvolvida, alterando a forma como são feitas as articulações, contatos, compartilhamentos e atuações nos movimentos políticos (Barroso, Sousa & Neves, 2020).

Assim, foram se desenvolvendo os coletivos virtuais de jovens, que são agrupamentos fluidos e fragmentados, baseados na horizontalidade e na autonomia como princípios básicos. Gohn (2018) discorre que os integrantes desse novo modelo de ação coletiva, derivado do envolvimento da internet nos atos políticos, caracterizam-se como ativistas que vivem experiências e experimentações que podem ser ora permanentes, ora fragmentadas e ora mais articuladas. A preferência por esse modelo de ação vem da identificação dos jovens com uma

dinâmica mais estratégica, discursiva e com confronto de valores, além de líderes que elaboram planos de atividades e os executam a partir de uma ótica de corporação (Gohn, 2018).

A adoção de meios midiáticos no ativismo faz com que os jovens consigam alcançar e adentrar nesses coletivos com maior facilidade, pois a internet passa a possibilitar maior contato com essas novas formas de participação ativa e construções de sentidos sobre as questões sociopolíticas brasileiras. É a partir de 2013 que tal realidade se destaca, causando mudanças significativas nas formas de participação da juventude no cenário político, construindo uma nova forma de ação político-social, já que as mídias sociais modificaram a forma como a sociedade em geral se relaciona com o conhecimento (Barroso, Sousa & Neves, 2020).

Isso é observado nos estudos de Barroso, Souza e Neves (2020), realizados com adolescentes que participaram do movimento de ocupações das escolas em 2016, uma vez que a maioria daqueles jovens chegaram às ruas através de organizações nas redes sociais, de grupos de amigos e de turmas em aplicativos de comunicação. Grande parte dos sujeitos que compunham aquele grupo não tinham experiências político-partidárias anteriores, sendo representações de como os momentos políticos podem fomentar a mobilização deste público como forma de mudar a realidade política e social do Brasil (Barroso, Sousa & Neves, 2020).

Foi possível perceber que os adolescentes utilizam das redes sociais como ferramenta para divulgar convicções, reunir pessoas e desenvolver atos políticos. A internet é um canal de circulação e produção das representações sociais e dos sentidos que cada sujeito dá a elas, uma vez que a comunicação construída por esses sujeitos é capaz de produzir significados intersubjetivos que impactam diretamente no desenvolvimento da sociedade e nos processos psicossociais e políticos que a constituem (Barroso, Sousa & Neves, 2020).

2.1.3 Percepções do público adolescente frente às instituições políticas

Abordar quais percepções esse grupo nutre frente à figura do Estado e às instituições políticas do país é o tripé final para a fundamentação dessa seção. A pesquisa de Barroso, Sousa e Neves (2020), utiliza análises de posts de jovens adolescentes durante o período político de 2018 e apresenta três sinalizações importantes sobre a visão desse público em relação aos agentes governamentais. O primeiro tópico discutido tem relação com um sentimento de insatisfação frente à representatividade política do legislativo brasileiro, com crenças de que os políticos dificilmente seriam capazes de representá-los na defesa dos direitos básicos, como alimentação, saúde, segurança e educação. Os autores observaram que havia um sentido de incoerência do sistema, tanto legislativo quanto executivo, a partir do qual as ideias e ações desses políticos não representam a visão de mundo nem os interesses desses ativistas. Além disso, os discursos desses jovens são marcados por grande sentimento de insatisfação, principalmente com denúncias de um Estado que privilegia os interesses das classes mais abastadas da sociedade, perpetuando a opressão contra grupos historicamente vulneráveis (Barroso, Sousa & Neves, 2020).

A segunda questão apresentada pelos pesquisadores supracitados advém da indignação juvenil, agora relacionada com as posturas assumidas pelos agentes políticos. É importante ressaltar que essa indignação provém da crença compartilhada socialmente de que o poder judiciário é pouco ou nada honesto, o que sinaliza uma visão negativa que é comum nesses grupos de jovens ativistas, negatividade gerada pelas incertezas frente a um contexto de ameaça de perda de direitos sociais que foram conquistados ao longo dos anos (Barroso, Sousa e Neves, 2020). As postagens analisadas pelos autores demonstram que os jovens consideram a política nacional como injusta, corrupta e baseada em jogos de interesse, onde há parcialidade nas decisões tomadas.

O terceiro resultado apontado por Barroso, Sousa e Neves (2020) a partir do conteúdo das postagens é vinculado, justamente, com a instabilidade e perdas de direitos que foram citadas anteriormente. A constante desvalorização e precarização das políticas sociais que são percebidas por esse grupo trazem sentido de uma política que aumenta o sentimento de carência e desigualdades sociais, retratando o conceito de cidadania regulada, ou seja, quando a cidadania acontece de forma restrita e vinculada aos moldes produzidos pelo Estado (Barroso, Sousa & Neves, 2020). Com isso, é possível perceber que a instabilidade, a percepção de desmonte de direitos conquistados por movimentos sociais e de uma política que atende interesses mercadológicos, ressoam nessa massa social como impulsionador de movimentos e atuações ativas, mesmo com a presença constante do medo em relação ao futuro político do Brasil (Barroso, Sousa & Neves, 2020).

Essa desconfiança, percepção de desamparo e sensação de instabilidade em relação aos agentes políticos foi historicamente construída durante a primeira década do século XXI. Gohn (2018) entende que nessa época as autoridades governamentais buscaram implementar as formas institucionalizadas de participação civil, voltadas para câmaras, conselhos e conferências nacionais em políticas específicas, incluindo questões das mulheres, afrodescendentes, jovens e áreas públicas temáticas como alimentação, saúde, desenvolvimento social, entre outras. Porém, o Estado, os gestores públicos e os representantes institucionais civis não acompanharam ativamente as mudanças que aconteciam no campo social, em especial as mudanças de comunicação e sociabilidade produzidas pelas redes sociais e mídias digitais (Gohn, 2018). Dessa forma, as autoridades governamentais não conseguiram se sintonizar com o público jovem, resultando no que esse autor entende ser uma dificuldade de dialogar com esse grupo, já que não perceberam que eles, ao saírem nas ruas - principalmente a partir do marco de 2013 -, não tinham o poder público estatal como meta de participação política. Isso porque seus referenciais sobre a cidadania se tornaram diferentes, os jovens adolescentes a entendem

como civil e cidadã, construída a partir das experiências e não de ações em modelos organizados e institucionalizados, baseados no Estado (Gohn, 2018).

Outro fator que conversa diretamente com as percepções negativas dos jovens frente ao modo como a política é exercida por políticos é a persistente adultocracia que ainda rege esse sistema. Esse conceito, trabalhado por Vieira e Mayorga (2019), se baseia no controle, tanto simbólico quanto material, dos adultos em relação aos jovens. Nessa dinâmica, os autores entendem que há uma dominação da fase adulta, resultando numa relação de superioridade desse grupo etário - pessoas entre 30 e 59 anos - em relação à infância, adolescência, juventude e velhice. Esse pensamento naturaliza a ideia de que a vida adulta é o momento de plenitude social, enquanto a subjetividade adolescente é colocada num espaço simplista, onde pré-conceitos são estabelecidos homogeneamente, sendo a rebeldia e a imaturidade os pilares dessa fase do desenvolvimento (Vieira & Mayorga, 2019). A noção de que o adolescente ainda não é “adulto o suficiente” prediz que não pode ser considerado um sujeito pleno de direitos e é a partir disso que os jovens tendem a atuar de maneira oposta às formas institucionais de política. É pelo processo de conquista de espaços públicos e de implicação em causas sociais que esse grupo deixa de ser sujeito passivo para se tornar agente ativo na promoção de sujeitos de direitos (Vieira & Mayorga, 2019).

Santos e Custódio (2024), em seus estudos, mostram que o comparecimento às urnas desse grupo diminui a cada eleição, sendo um cenário constante em praticamente todos os estados brasileiros. Na pesquisa do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), referenciada por esses autores, foi possível entender que o jovem eleitor está se identificando com questões e temas que afetam seus contextos e suas existências. Durante a discussão ao longo do artigo, percebeu-se que a falta de confiança nas instituições públicas, partidos políticos e outros órgãos do Estado aumentam o desinteresse dos adolescentes e a abstenção eleitoral. Isso está relacionado a percepção desses jovens sobre o sistema representativo, pois observam um significativo

distanciamento das instituições políticas com a realidade social, sendo necessário, então, um movimento de problematização do Estado em relação à produção de política frente às questões que atravessam os direitos da juventude e da população (Santos & Custódio, 2024).

Assim, com o que foi discutido até então, entende-se que a atuação e a identidade política dos adolescentes estão cada vez mais influenciadas por marcadores sociais, como gênero, raça, sexualidade, religião, classe social e outros recortes que fazem parte das experiências vivenciadas por eles. As inovações sociais e tecnológicas também viabilizam o autoconhecimento desse grupo frente ao seu papel político, ao estabelecerem pontes entre diversos povos e culturas, possibilitam que um maior reconhecimento social seja desenvolvido. Então, a partir dos debates, interações sociais e diálogos produzidos, vai-se construindo não apenas uma identidade coletiva, mas também a construção do reconhecimento social do sujeito.

Visto isso, é importante salientar aqui a visão histórico-cultural sobre a adolescência, sendo um período do desenvolvimento que é intrinsecamente afetado e entremeado por dimensões históricas, sociais, simbólicas e políticas. E, com isso, a luta sociopolítica dos adolescentes está intimamente vinculada com as significações singulares e relações estabelecidas por esses sujeitos ao longo de sua vida, a partir da apropriação dos contextos e das situações vivenciadas. Isso permite que eles construam seu próprio estilo e identidade a partir do fortalecimento de crenças *para si* mesmo.

2.2 Psicologia e Escola: trabalhando em conjunto para a construção de um engajamento político-social nos jovens

Com a disseminação cada vez maior de movimentos sociais contemporâneos, questões de gênero, raça, religião, ambientais e de classes foram se tornando marcadores cada vez mais presentes nas discussões políticas. De acordo com Vieira e Mayorga (2019), esses marcadores são meios essenciais para entender em que se baseia o ativismo dos adolescentes, para evitar

que lógicas homogeneizantes recaiam sobre eles, além de serem aspectos que precisam estar em evidência durante a construção de políticas públicas voltadas para a juventude. Tais recortes sociais ajudam a entender bandeiras que serão levantadas por esses jovens durante suas reivindicações, já que, ao manifestarem, eles buscam expressar esses elementos que os formam como sujeitos.

Cada vez mais, a escola foi sendo afetada e incluída nesses temas e o ambiente escolar começou a ser entendido como um local atravessado por diversas subjetividades, desencadeando um processo rico de interação entre as singularidades que permeiam a ordem social (Gohn, 2018). Nesse sentido, entendo que as instituições escolares ultrapassam a neutralidade, indo muito além da tentativa de uniformidade - de vestimentas, de corpos, de potências, de força produtiva e política.

Isso está relacionado com o que é defendido na teoria de John Dewey e na de Hannah Arendt, apresentadas ao longo do texto de Gohn (2018), que percebem a educação escolar como um movimento de renovação cultural, que busca estabelecer não apenas o senso de comunidade, mas também promover o crescimento do sujeito. Desse modo, muito mais que transmitir a cultura e as tradições da sociedade, a escola também é vetor de desenvolvimento do pensamento crítico e da capacidade de compreender a realidade, possibilitando a potencialização de atitudes capazes de criar formas de existência. Com isso, essa esfera é reconhecida como um pilar na constituição dos cidadãos envolvidos ativamente em seu contexto, pois é nesse espaço que os cidadãos - e aqui nesse trabalho, os adolescentes - poderão construir sua consciência política, entendendo qual espaço querem ocupar na participação política e engajamento com o sistema social (Gohn, 2018).

Hoje em dia, olhando para minha trajetória, percebo que estar dentro de um ambiente escolar, composto por pessoas diversas entre si, fez com que minha consciência política se estruturasse de maneira mais efetiva. Durante meu processo pessoal de mudança de escola

apresentado anteriormente, o movimento de desvinculação da estrutura familiar como centro das minhas relações e o engajamento cada vez maior com meu meio escolar, pude me perceber enquanto ser social e, ainda mais, como ser ativo nas minhas decisões, relações e percepções frente ao mundo e a mim mesma. Os debates promovidos ao longo das aulas de diversas disciplinas, em especial aquelas conduzidas pelo professor Fabrício, foram suscitando questões sobre a vida e sobre a existência, me despertando uma criticidade quanto ao funcionamento das engrenagens do mundo. E, enquanto eu ia entendendo o mundo, eu também apurava o olhar sobre mim mesma. Então, foi durante meu ensino médio que pude me conhecer melhor, me perceber como um sujeito ativo, com vontades e interesses, atravessada por representações sociais de gênero, sexualidade e classes sociais; além de questões étnicas-raciais que me rodeavam e atingiam diretamente mais colegas do que outros.

Nesse sentido, Borges e Mayorga (2012) entendem que os marcadores sociais são ações políticas que mobilizam os adolescentes na vida em um projeto contra ações adultocráticas. Assim, quando esses elementos não são considerados pelos agentes políticos, as juventudes são invisibilizadas e, ao ter sua existência diminuída, os sujeitos que compõem esse grupo tendem a buscar meios para reivindicar suas condições de existência (Borges & Mayorga, 2012). Isso foi percebido nos movimentos populares trabalhados na sessão anterior, principalmente na “Primavera Secundarista”, quando adolescentes de diferentes pertencimentos sociais se juntaram por uma causa comum, que afetava não apenas seu lugar como estudantes, mas como membros de um conjunto familiar e escolar que também seria fortemente afetado pelas mudanças governamentais. Eles lutaram não apenas pelo direito de estudar, mas pelo pertencimento, pela mobilidade, pela instituição e todos os agentes que ali também existiam. Com isso, Castro (2021) entende que a dimensão individual é valorizada na ação coletiva, ou seja, as necessidades singulares se juntam com os objetivos da luta coletiva, sem desconsiderar as particularidades de cada ator político envolvido no processo.

E considero que a coletividade é um aspecto que precisa ser trabalhado com os adolescentes da atualidade, pois é a base das manifestações políticas-públicas dos últimos anos no Brasil, como visto anteriormente. Digo isso não apenas pelos dados históricos apresentados no decorrer desse trabalho, mas por minha própria experiência como adolescente manifestante. Como supracitado, foi a partir da consciência do mundo que tive consciência de mim e essa consciência permitiu minha movimentação ativa no mundo; me transformando naquilo que a Psicologia Histórico-Cultural entende como sujeito *para si*, temática elucidada por Souza e Silva (2018). Assim, entendo que isso só foi possível quando entendi quais eram minhas bandeiras, por quais causas eu queria lutar, e foi por meio da coletividade que encontrei forças para ser mais ativa nas minhas atuações.

Me vinculei a pessoas não por filiação a partidos ou qualquer outro meio tradicional político, mas sim pela identificação social, pela criticidade que permeava a vontade de ter uma realidade diferente, mais parecida comigo e com meus ideais de mundo. E é a partir dessa vontade de mudança que Martins (2015) discorre sobre a coletividade, que move os adolescentes às causas políticas, pois potencializa o desejo de transformação social intrinsecamente vinculada à expectativa de um mundo melhor e mais justo, com menos desigualdades sociais. Até hoje, não só nos meus momentos de engajamento político, mas em outras esferas da minha vida, busco estar vinculada a pessoas com pensamentos e ideais consonantes com os meus, de forma a entender cada vez mais o que me compõem e o que me mobiliza.

Vejo como necessário reforçar aqui que, no início da minha consciência política, não conseguia identificar o que era meu, o que era do outro e o que era nosso. Antes do meu ingresso no Instituto Federal, foram poucos ou quase inexistentes os momentos de reflexão crítica sobre a realidade que compunha a sociedade. Era difícil identificar o que me afetava e o que cabia ou não absorver para minha existência enquanto ser social ciente de liberdade e significação. Isso

só foi possível quando tive acesso a aulas de professores que assumiram o papel de mediadores, conceito da Psicologia Histórico-Cultural trabalhado anteriormente (Martins, 2015). Ou seja, a partir do momento em que tive contato com docentes que facilitaram meu contato com assuntos e situações de pautas sociais e culturais, assim como temas e conceitos científicos, consegui me apropriar dessas questões de forma ativa e crítica. Além disso, ter um espaço seguro para falar e desenvolver o pensamento por meio da palavra também foi de total importância para a construção da minha identidade política, pois, como visto anteriormente (Souza e Silva, 2018), a verbalização é um dos instrumentos mais significativos para a fundamentação do pensamento e das atividades do sujeito.

Entendo que minhas considerações se dão a partir de uma realidade da educação brasileira muito diferente da que é vivenciada atualmente. Ter realizado o ensino médio numa instituição federal, no período de 2016 a 2018, me permitiu ter contato com questões sociais e presenciar espaços de discussões com maior liberdade e autonomia. Durante meus anos como estudante do ensino médio, a própria discussão sobre assuntos históricos, políticos e culturais era realizada num contexto em que a ideologia de uma “Escola Sem-Partido”⁷ ainda não havia ganhado forças e se tornado a grande ameaça ao ensino crítico no Brasil.

Então, trabalhar com temáticas que compõem os movimentos contemporâneos da identidade política de jovens dentro do ambiente escolar, atualmente, é um grande desafio enfrentado pela esfera de educação brasileira. A discussão de assuntos que vão além dos conteúdos acadêmicos se tornou atravessada pela ideologia supracitada, que tomou forças a partir de 2016. Gaudêncio Frigotto (2017) discute em seus estudos que esse movimento

⁷ De acordo com Fernandes e Ferreira (2021), esse movimento foi fundamentado em 2004, mas foi ganhando forças a partir de 2014. Uma das principais causas para a crescente disseminação dessa ideologia na sociedade é a ascensão de grupos conservadores com discurso pautado na religião e na defesa dos valores familiares. Os apoiadores da “Escola Sem-Partido” utilizam de chavões como ideologia, ditadura e gênero para defender a existência de um “perigo” no ambiente escolar que “corrompe” os alunos.

ideológico “Escola Sem-Partido” tem cunho capitalista, conservador e religioso, que ameaça o papel das escolas como instituição de formação de sujeitos e a vê como espaço neutro, reduzida apenas a instrução dos estudantes. Aos professores, seria retirada a autonomia em ensinar e os materiais deveriam ser seguidos à risca, caso contrário, poderia haver incriminação desses profissionais por meio da delação (Frigotto, 2017). O autor entende que essa ideologia suscita uma onda de medo crescente dentro das salas de aula. Foi desenvolvido o receio de trabalhar com questões educacionais que possibilitam o desenvolvimento de uma visão de mundo crítica, pela qual os sujeitos se constroem como autônomos ao serem capazes de ler a realidade a partir do diálogo crítico com questões sociais, culturais, históricas e políticas (Frigotto, 2017).

Os estudos de Dantas e Lamari (2019) demonstram que os adolescentes reconhecem a escola como um lugar propício para compreender mais sobre a política. Os autores argumentam que, mesmo que o ensino político não leve esses jovens a se engajarem diretamente em instituições políticas típicas - como os partidos -, o ambiente escolar consegue fazer com que os adolescentes reconheçam a importância de informações confiáveis e da emissão do título de eleitor, pois a qualificação do voto é sinônimo da cidadania democrática. Além disso, Castro (2021) aponta que em escolas com maiores graus de abertura e de confiança entre as relações professores/ gestores e estudantes, é possível identificar mecanismos mais fortalecidos de participação dos adolescentes, demonstrando que as relações estabelecidas entre adolescentes e adultos no interior da escola são essenciais para as gerações mais novas, mesmo quando há impasses e divergências nesses vínculos.

Também trago os profissionais da psicologia escolar como mediadores da construção do pensamento em conceito dentro da instituição escolar. Durante meu período de um ano e meio como monitora dentro do ambiente escolar público, acompanhei uma das profissionais da instituição, que trabalhava como professora e psicóloga com as turmas do Ensino Fundamental 2. Mesmo que a faixa etária não seja de adolescentes do Ensino Médio, pude presenciar a

importância da presença de psicólogos dentro das salas de aula. Muito mais que uma presença distante com uma sala reservada no canto do prédio da escola, a psicologia conversava e se aquecia com a interação direta nesse ambiente, tendo contato próximo com os alunos e as questões de cada um. As aulas eram planejadas pela profissional de acordo com os temas de interesses dos estudantes e a partir do que ela entendia ser possível de trabalhar com as respectivas faixas etárias. Os assuntos eram diversos, envolvendo questões afetivas, emocionais, socioculturais - como a relação entre classes sociais e cultura nos centros urbanos - e de adoecimento psíquico que podem afetar adolescentes - com exemplos de transtornos alimentares, ansiedade e depressão. As aulas eram estruturadas no intuito de desenvolver o autoconhecimento e promover uma visão integrada de sujeito com o mundo, assim como um olhar respeitoso pelas questões que mobilizavam afetos no outro.

Então, a partir disso, destaco que professores, psicólogos, gestores e psicólogos-professores são capazes de impulsionar o desenvolvimento de uma identidade política-crítica a partir da atividade de mediação para com os adolescentes. E Castro (2021) articula que esse movimento se dá antes mesmo do envolvimento com atividades de atuação política tradicionais, mas com a construção de um senso de coletividade e pertencimento, com engajamento em lutas a partir de questões cotidianas que perpassam o ambiente da sala de aula. O estudo e a discussão teórica sobre temáticas socioculturais do contexto dos adolescentes permitem que se situem como seres ativos e reflitam sobre suas formas de agir na sociedade, processo esse que, se construído numa base sólida e segura, se perpetua ao longo da vida como forma de compromisso social e político (Castro, 2021).

Nesse sentido, a partir das vivências que tive tanto como adolescente em formação quanto como figura de mediação, compreendo que existem vários meios possíveis para que a Escola e a Psicologia caminhem em consonância para a construção de identidade política-crítica em jovens. A elaboração de oficinas, rodas de conversa e atividades com debatedores são

possibilidades de suscitar a fala, o estudo e o engajamento com pesquisas sobre os assuntos de interesse desses jovens, permitindo que a linguagem cumpra seu papel de permitir que os adolescentes percebam seus pensamentos e orientem suas atitudes a partir do contexto social que os envolve. Como visto durante a Primavera Secundarista, tais ações foram cruciais durante a ocupação das escolas, permitindo que os estudantes desenvolvessem maior consciência de si, da luta e dos outros, nos levando a pensar como são programas efetivos a serem resgatados no trabalho com adolescentes.

Trabalho esse que deve ser realizado sob mediação dos agentes escolares, a partir de diálogos horizontais que superem a ordem adultocrática e pensamentos maturacionistas apresentados por Vieira e Mayorga (2019). A partir da atividade guia⁸ dos adultos frente aos adolescentes e do espaço permeado por relações seguras e abertas, os adolescentes poderão ser aquilo que a Psicologia Histórico-Cultural entende como seres protagonistas de seu desenvolvimento. Ou seja, sujeitos capazes de construir sua crença e história a partir do que absorvem do contexto biopsicossocial e cultural, sendo amparados por adultos que impulsionarão suas potências, sem menosprezar ou rebaixar as singularidades do que compõe a luta política desses jovens.

3. Conclusão

A partir do que foi apresentado nesse trabalho, com a utilização de dados históricos, conceitos teóricos e minha própria vivência - como adolescente manifestante e adulta mediadora -, é possível refletir que a adolescência é uma fase do desenvolvimento na qual os

⁸ Sendo um conceito da Psicologia Histórico-Cultural, a atividade guia é um meio de mediação que possibilita a formação de novos vínculos do sujeito com sua realidade, preparando-o para a transição de uma fase do desenvolvimento a outra. É a partir da formação da consciência frente a situações sociais que há o estímulo de transformações na relação entre mundo interno e externo, promovendo mudanças significativas no psiquismo que afetam a formação da subjetividade e seu papel social no contexto (Abrantes e Eidt, 2019).

efeitos do que foi desenvolvido não se findam quando se atinge a maioridade, com a perpetuação de seus frutos por toda trajetória de vida e constituindo o sujeito de forma integral. É um período que define a identidade e o modo como a pessoa vai se posicionar e existir no mundo e, assim, deve ser cuidada e amparada por instituições e profissionais, visando a construção de um adulto crítico, ativo e pertencente.

Ao longo da discussão, foi possível perceber que os movimentos de protestos abraçados por esse grupo estão intrinsecamente relacionados com questões raciais, de classe, de gênero e sexualidade, a partir da relação que cada sujeito desenvolve com essas vertentes. Com um olhar voltado para questões de políticas públicas, sem deixar que a singularidade se perca em meio às relações sociais estabelecidas dentro das manifestações, esses jovens buscam por um mundo em que possam se identificar e utilizam da expressão de sua subjetividade na luta em conjunto. Ao mesmo tempo que ele luta pelo todo, sua base é definida pela luta por si mesmo. Nesse sentido, permitir que o adolescente se entenda como sujeito capaz de defender suas bandeiras e se apropriar de seu contexto potencializa seu engajamento político e atribui forças para lutar contra a lógica adultocrática presente na sociedade. Para que haja sujeitos ativos na esfera política, é preciso construir uma base sólida de identificação.

Então, percebo que a produção de uma consciência de si é fundamental para um engajamento político claro, ativo e assertivo. E essa consciência só se torna possível a partir das interações sociais e culturais que os sujeitos constroem ao longo da vida, pois é a partir da relação com o contexto que há a construção de conceitos e produção da subjetividade. Dessa forma, a Escola - que tem compromisso com o ensino dos conceitos científicos - é um importante pilar que fundamenta esse processo, pois, sendo ela um espaço de ricas interações atravessadas por diversas singularidades, permite que o sujeito se desenvolva *para si* a partir do contato com o outro. A presença da Psicologia Escolar e Educacional nesse espaço é também uma forma de fortalecer essa identidade, já que, ao colocar os adolescentes em contato com as

mais diversas temáticas socioculturais, pode promover, a depender de como é realizado, um olhar crítico, afetivo e consciente sobre o que influencia sua existência e sua realidade.

Então, com esse trabalho, busquei, desenvolver uma reflexão acerca do papel da psicologia em consonância com a escola para a formação de uma identidade político-social nos adolescentes da Geração Z, com discussão articulada às minhas vivências e experiências tanto como adolescente, quanto como monitora em contexto escolar. Entretanto, há lacunas que não consegui abarcar completamente nesse estudo, como os desafios do ensino político em Escolas em uma sociedade onde o conservadorismo é crescente, principalmente em relação às bandeiras que compõem o corpo de manifestantes, citadas anteriormente. Percebo que a ideologia “Escola Sem Partido” é um empecilho significativo para o trabalho de identidade política nas salas de aula, mesmo que aqui entendemos que o ato de frequentar o ambiente escolar já é um meio de construção dessa característica nos jovens.

Por fim, vejo esse trabalho como uma resistência aos desafios e ideologias que atravessam a prática de ensino brasileira e a existência dos adolescentes na sociedade. Permitir a apropriação do contexto é o pontapé inicial para a mudança do panorama de engajamento político dos jovens na atualidade. Entendo que esse estudo irá guiar minha atuação ética como psicóloga e profissional mediadora na formação de sujeitos sociais e, quem sabe, fomentar mais estudos sobre esse tema que é tão caro na realidade brasileira.

4. Referências

- Abrantes, A. A. & Eidt, N. M. (2019). Psicologia histórico-cultural e a atividade dominante como mediação que forma e se transforma: contradições e crises na periosização do desenvolvimento psíquico. *Obutchénie: Revista de Didática e Psicologia Pedagógica*, 3(3), 1-36. <http://dx.doi.org/10.14393/OBv3n3.a2019-51694>
- Barroso, E. S. G.; Souza, A. P. V. & Neves, J. D. V. (2020). Juventude em rede: os sentidos que os jovens atribuem ao político e à política brasileira. *DESIDADES: Revista Científica*

da Infância, Adolescência e Juventude, (26), 52-71.

<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7563291>

Bock, A. M. B. (2007). A adolescência como construção social: estudo sobre livros destinados a pais e educadores. *Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional*, 11(1), 63-76. <https://doi.org/10.1590/S1413-85572007000100007>

Cassimiro, G. G. S. (2023). *Comportamentos da Geração Z e seus impactos no meio publicitário* [Trabalho de conclusão de curso, Centro Universitário do Sul de Minas]. Repositório UNIS. <http://www.repositorio.unis.edu.br/handle/prefix/2644>

Corti, A. P & Crochik, L. (2021). O caráter performativo das ocupações estudantis. *Educação UFSM*, 46, e42474. <https://doi.org/10.5902/1984644442474>

Dantas, H. & Lamari, R. E. (2019). A relação de jovens do ensino médio com a política: análises a partir de grupos de estudantes de escolas públicas de São Paulo – SP e Itapevi – SP. *Revista do Legislativo Paranaense*, (3), 91-107. <http://revista.alep.pr.gov.br/index.php/escolalegislativo/article/view/76>

Fernandes, L. I. & Ferreira, C. A. (2021). O movimento Escola Sem Partido: ascensão e discurso. *Portal de Revistas da USP*, 10, 194-209. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-7547.hd.2021.159234>

Frigotto, G. (2017). A gênese das teses do Escola sem Partido: Esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação. In G. Frigotto (Org.), *Escola "sem partido": Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira* (pp. 17–34). Laboratório de Políticas Públicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (LPP/UERJ).

Gohn, M. G. (2018). Jovens na política na atualidade – uma nova cultura de participação. *Caderno CRH*, 31(82), 117-133. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792018000100008>

- Martins, L. M. (2015). A internalização de signos como intermediação entre psicologia histórico-cultural e a pedagogia histórico-crítica. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, 7(1), 44-57. <http://hdl.handle.net/11449/135750>
- Martins, P. D. S. (2015). *Percepções sobre política: Um estudo de caso da juventude e da política dentro da escola* [Trabalho de conclusão de curso, Universidade Federal de Santa Maria]. Repositório UFSM. <http://repositorio.ufsm.br/handle/1/2627>
- Santos, B. V. (2018). *Ativismo juvenil e políticas públicas: O caso do Centro de Referência da Juventude de Belo Horizonte* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais]. Repositório da UFMG. <http://hdl.handle.net/1843/BUBD-AXXEK8>
- Santos, C. L. & Custódio, A. V. (2024). Voto adolescente: exame da campanha de incentivo ao alistamento eleitoral do TRE/SC (2022). *Revista Jurídica da UFERSA*, v.8(16), 147-168. <https://doi.org/10.21708/issn2526-9488.v8.n16.p148-168.2024>
- Senna, S. R, C. M. & Dessen, M. A. (2012). Contribuições das teorias do desenvolvimento humano para a concepção contemporânea da adolescência. *Psicologia: Teorias e Pesquisa*, 28(1), 101-108. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722012000100013>
- Silva, S. M. C. & Peretta, A. A. C. S. (2022). Das lições diárias de outras tantas pessoas: vivências em Psicologia Escolar na Educação Básica. *Obutchénie: Revista de Didática e Psicologia Pedagógica*, 6(1), 154-176. <https://doi.org/10.14393/OBv6n1.a2022-64389>
- Souza, C. & Silva, D. N. H. (2018). Adolescência em debate: contribuições teóricas à luz da perspectiva histórico-cultural. *Psicologia em estudo*, 23, e35751. <https://doi.org/10.4025/psicolestud.v23.e35751>
- Sposito, M. P.; Tarábola, F. S. & Ginzal, F. (2021). Jovens, participação política e engajamentos: experiências e significados. *Linhas críticas*, 27, e36719. <https://doi.org/10.26512/lc27202136719>

Varella, J. (2020). Espero Tua (Re)volta: documentário explora o movimento estudantil entre 2013 e 2018 sob os olhos da juventude. *Ponto-e-Virgula*, (28), 142-145.

<https://doi.org/10.23925/1982-4807.2020i28p142-145>

Vieira, B. V. & Mayorga, C. A. M (2019). Juventude, ativismo político, políticas públicas e a confusão que é articular isso tudo. *Revista Psicologia para America Latina*, 32, 10-117.

<http://hdl.handle.net/1843/59373>